

## “Vou aprender a ler pra ensinar meus camaradas”: a formação afro-popular e a construção de políticas públicas na práxis da professora Jeruse Romão<sup>i</sup>

 @percursos\_revista

 /revpercursos

**Azânia Mahin Romão Nogueira**

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Salvador, BA - Brasil

 [lattes.cnpq.br/0415219260796006](http://lattes.cnpq.br/0415219260796006)

 [orcid.org/0000-0001-6637-9883](http://orcid.org/0000-0001-6637-9883)

[azania.mahin@gmail.com](mailto:azania.mahin@gmail.com)

 <http://dx.doi.org/10.5965/19847246252024e0113>

### Para citar artigo:

NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão.

“Vou aprender a ler pra ensinar meus camaradas”: a formação afro-popular e a construção de políticas públicas na práxis da professora Jeruse Romão.

**PerCursos**, Florianópolis, v. 25, e0113, 2024.



## “Vou aprender a ler pra ensinar meus camaradas”: a formação afro-popular e a construção de políticas públicas na práxis da professora Jeruse Romão

### Resumo

Uma interpretação da realidade brasileira a partir do contexto da região sul do país leva em consideração os marcadores socioeconômicos, culturais e políticos que constituem esse território, bem como as estratégias específicas desenvolvidas pela população negra para a continuidade da histórica luta por uma vida com dignidade no Brasil. É nesse contexto histórico e geográfico que se desenvolve a formação afro-popular. Apesar de considerar a coletividade desse processo, como tudo construído por e para movimentos sociais, existem protagonistas que capitanearam as ações, a partir de suas práticas militantes. A escolha pela professora Jeruse Romão, dentre esse grupo em atividade em Santa Catarina desde os anos 1980, se dá pelo seu reconhecimento enquanto referência por militantes e intelectuais do movimento negro brasileiro. Com o presente artigo, tenho como motivação principal evidenciar a relevância da trajetória da professora Jeruse Romão não apenas para o movimento negro, mas, especialmente, para a educação brasileira. Assim, tenho como objetivo caracterizar as práticas educadoras da formação afro-popular, embasadas pelo pensamento negro no processo contra-colonial de construção de políticas públicas a serviço da justiça social. Acredito que esse movimento tem especial relevância no enfrentamento à invisibilização da população negra do Sul do Brasil, que não apenas existe e resiste, mas ativamente organiza e articula outras possibilidades de existência para além de uma sociedade racista.

**Palavras-chave:** pensamento negro em educação; formação afro-popular; políticas públicas; memória negra.

## “I’ll learn to read to teach my comrades”: afro-popular formation and the construction of public policies in the praxis of professor Jeruse Romão

### Abstract

An interpretation of the Brazilian reality from the context of the southern region of the country takes into account the socioeconomic, cultural, and political markers that constitute this territory, as well as the specific strategies developed by the black population to continue the historic struggle for a life with dignity in Brazil. It is in this historical and geographical context that Afro-popular formation developed. Despite considering the collective nature of this process, like everything built by and for social movements, there are protagonists who led the actions based on their militant practices. The choice of Professor Jeruse Romão among this group active in Santa Catarina since the 1980s is due to her recognition as a reference by activists and intellectuals of the Brazilian black movement. With this article, my main motivation is to highlight the relevance of Professor Jeruse Romão's trajectory not only for the black movement but, especially, for Brazilian education. Thus, my objective is to characterize the educational practices of Afro-popular education based on black thought in the counter-colonial process of building public policies at the service of social justice. I believe that this movement has special relevance in confronting the invisibility of the black population in the South of Brazil, which not only exists and resists but actively organizes and articulates other possibilities of existence beyond a racist society.

**Keywords:** black thought in education; afro-popular formation; public policy; black memory.

## 1 Introdução

Frente ao projeto colonizador do continente americano, diversas foram as estratégias dos povos originários e afrodiaspóricos na luta por liberdade. Tratando especificamente do povo negro brasileiro, os direitos à educação e à memória foram importantes bandeiras presentes nos momentos de disputa. Materializadas em conquistas históricas como a criação da Fundação Cultural Palmares (1988), em âmbito federal, do Sistema de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (2003), em todos os níveis de governo, o reconhecimento das disparidades raciais e o apagamento da cultura negra na sociedade brasileira são um legado na luta pela memória de um país que busca apaziguamento sem reparação histórica. Na mesma medida, marcos legais como as leis 10.639/2003, 11.645/2008 e 12.711/2012, compreendem o papel da educação na construção de uma sociedade democrática e, portanto, livre de racismo.

Esses avanços foram conquistados pelo Movimento Negro brasileiro articulado em suas bases, espaços institucionais e organismos multinacionais, a partir de uma agenda de unidade apesar da vasta diversidade de organização, concepção e prática política. Nesse sentido, o papel educador do Movimento Negro brasileiro, não apenas para a sociedade, mas de si mesmo, revela-se como estratégia motriz na construção de unidade política para a garantia de direitos.

Os esforços para materializar essa unidade são testemunhos da existência de uma pluralidade de experiências negras em um país continental como o Brasil. As dinâmicas sociais encontradas, por exemplo, em Salvador, são distintas da realidade encarada em Florianópolis. Com isso, o território em que vivemos informa o nosso lugar de ação, de construção, de fala. Diz sobre nossas identidades, nossas trajetórias e como ao mesmo tempo em que transformamos o espaço, ele nos transforma.

Assim, uma interpretação da realidade brasileira a partir do contexto da região sul do país leva em consideração os marcadores socioeconômicos, culturais e políticos que constituem esse território, bem como as estratégias específicas desenvolvidas pela população negra para a continuidade da histórica luta por uma vida com dignidade no Brasil. Um exemplo é a evocação do dia 20 de novembro enquanto data de luta do povo negro celebrada pela primeira vez em 1971, pelo Grupo Palmares de Porto Alegre (RS), no

Clube Social Negro Marcílio Dias. Mais do que uma data simbólica, o dia da Consciência Negra traz à tona o protagonismo do povo negro na luta por sua emancipação, tanto no período escravocrata quanto na contemporaneidade e eleva Zumbi dos Palmares à categoria de herói nacional e mártir da luta pelo fim do trabalho escravo no Brasil, recusando uma narrativa de memória que dedicava à monarquia escravocrata o legado abolicionista.

O papel das escolas na produção e reprodução da história e memória tem importante relevância na luta por educação pública e de qualidade pelo movimento negro brasileiro. Em Santa Catarina, cinco municípios instituíram por leis municipais a inclusão de conteúdos relacionados com a história e cultura africana e afro-brasileira ainda antes da lei 10.639/03: é de 1998 a legislação de Imbituba; já em Criciúma, isso ocorreu em 1997; em Florianópolis e em Tubarão se deu em 1994; e a pioneira foi Itajaí, em 1993, dez anos antes da lei nacional (Romão, 2010).

Essas precursoras materializam a organização e articulação do movimento negro catarinense, que no estado com a menor proporção de população negra do país constitui importante polo de referência de ações políticas no Brasil. O I Seminário de Formação Política para Militantes do Movimento Negro de Santa Catarina, realizado em 1991, é um marco desse período. O evento aconteceu na capital do estado, em Florianópolis, organizado pelo Núcleo de Estudos Negros, o NEN.

É nesse contexto histórico e geográfico que se desenvolve a formação afro-popular. Apesar de considerar a coletividade desse processo, como tudo construído por e para movimentos sociais, existem protagonistas que capitanearam as ações, a partir de suas práticas militantes. A escolha pela professora Jeruse Romão, dentre esse grupo em atividade em Santa Catarina desde os anos 1980, se dá pelo seu reconhecimento enquanto referência por militantes e intelectuais do movimento negro brasileiro, registrado nas entrevistas a que tive acesso para a construção deste artigo. A doutoranda em História pela Universidade Estadual de Santa Catarina, Carol Lima de Carvalho afirma que entrevistou a professora por

sua presença e protagonismo na luta do movimento negro. Ela é referência no campo da Educação das Relações Étnico Raciais (ERER) nas

formações de professoras/es e na implementação da Lei Federal 10.639/03 numa perspectiva que visibiliza as histórias locais e os modos de ser, ver e sentir o mundo das populações africanas e afro-brasileiras (Carvalho, 2021, p. 208).

Já a doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pamela Iris Mello da Silva (2020, p. 88), afirma que “sabidamente há na trajetória de Jeruse muita notoriedade por sua luta e ativismo”, sendo a professora “uma referência interestadual e (inter)nacional do ativismo negro” (Silva, 2020, p. 44). A partir das entrevistas realizadas por essas duas pesquisadoras, sendo a primeira publicizada na íntegra, apresento a seguir um perfil da Professora Jeruse Romão.

Sobre como prefere ser denominada, a professora Jeruse Romão respondeu em entrevista para Carol Carvalho que:

Eu prefiro ser denominada como Professora Jeruse Romão nos espaços acadêmicos. Tenho nome civil que é Jeruse Maria Romão, aboli o “Maria” em algum momento da história, deixei minha mãe muito indignada com isso, mas me senti bem, eu sou Jeruse Romão, e nos espaços da educação eu sou Professora Jeruse Romão. Mas eu tenho outras relações, também posso ser Jeruse de Iansã, que também é meu nome nos espaços que eu frequento nos terreiros de Umbanda de Almas e Angola como Ialorixá. Ou eu posso ser “Coruja” nos espaços da capoeira, porque capoeiristas têm nomes; embora eu não seja a pessoa do jogo, mas milito no movimento da capoeira desde anos 80, então fui honrada em ter um apelido<sup>1</sup> (Carvalho, 2021, p. 211).

Nascida na ilha de Florianópolis, em 1960, filha de uma professora normalista e um músico da banda da Polícia Militar, a professora Jeruse Romão é a mais velha de seis crianças, quatro delas que cresceram no Morro da Caixa, importante território negro da cidade. A comunidade, incrustada no Centro da cidade, abrigava a nascente classe média negra florianopolitana, descendente de trabalhadoras e trabalhadores negros envolvidos nas águas urbanas da cidade, em especial as bicas das lavadeiras e o porto que abastecia o Mercado Público, ou ainda provindos da zona rural dos municípios limítrofes.

---

<sup>1</sup> A relação da professora Jeruse Romão com a capoeira está registrada no Mapeamento Social da Capoeira em Florianópolis, produzido pelo Fórum da Capoeira da Grande Florianópolis (2019), e no trabalho do fotógrafo Joaquim Corrêa. Por conta dessa relação, escolhi intitular o presente trabalho com uma ladainha da capoeira angola para que carregue através da oralidade a práxis da professora.

Sendo a quarta geração livre de sua família, Jeruse foi a primeira a ingressar no ensino superior em 1983. Em 1986, fundou com outros jovens negros o Núcleo de Estudos Negros (NEN), entidade a serviço do movimento negro em que a educação é, desde a sua criação, o principal eixo de trabalho. Sobre a única organização da qual fez parte, a professora Jeruse Romão diz que:

A gente então era uma confluência de muitas perspectivas, mas com uma unidade, nós queríamos o movimento negro de um tipo novo, porque nós éramos jovens e estávamos vendo um movimento negro muito culturalista na perspectiva de assimilação de projetos da sociedade branca burguesa e que não atacava as pessoas estruturantes, e o NEN, então, vai se dividir a partir das áreas de formação das pessoas, o que é uma coisa incrível (Carvalho, 2021, p. 215).

Apesar disso, a professora reconhece que sua Consciência Negra se desenvolveu muito antes. Ainda na infância, percebeu que a vida de pessoas negras, que não cabiam no lugar designado pela sociedade branco-centrada, é marcada por enfrentamentos (Romão, 2019 *apud* Silva, 2020).

De maneira muito dinâmica, Jeruse promove esses enfrentamentos em diversas dimensões de sua vida: na prática pedagógica, enquanto professora de ensino fundamental e superior, na rede pública e privada, e ainda como diretora; enquanto assessora parlamentar de cinco mandatos (quatro na Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis e um na Assembleia Legislativa de Santa Catarina); em âmbito nacional quando trabalhou, em 2001, em Brasília. Como consultora no Ministério da Educação para a UNESCO, mapeou e analisou experiências de pré-vestibulares ou projetos em todo o país que fortaleciam o ingresso de jovens da população negra e indígena no Ensino Superior; e na militância, como fundadora e ex-integrante do Núcleo de Estudos Negros e fundadora e coordenadora da Escola Afro Popular de Formação Política Leonor de Barros.

Com o presente artigo, tenho como motivação principal evidenciar a relevância da trajetória da professora Jeruse Romão não apenas para o movimento negro, mas, especialmente, para a educação brasileira. Assim, tenho como objetivo caracterizar as práticas educadoras da formação afro-popular, embasadas pelo pensamento negro no

processo contra-colonial de construção de políticas públicas a serviço da justiça social. Acredito que esse movimento tem especial relevância no enfrentamento à invisibilização da população negra do Sul do Brasil, que não apenas existe e resiste, mas ativamente organiza e articula outras possibilidades de existência para além de uma sociedade racista.

## 2 Construindo a formação afro-popular

A formação afro-popular é aquela que se fundamenta em princípios, métodos e pedagogias que são tanto próprios, quanto articulados com as experiências e conhecimentos das experiências negras. Essa abordagem educativa reconhece as especificidades culturais, históricas e sociais do povo negro, buscando uma prática que valorize nossas perspectivas e cosmopercepções. Esse tipo de formação pode ser implementado tanto em espaços institucionais, como escolas e universidades, quanto em espaços de educação não formal e popular, abrangendo iniciativas comunitárias, organizações sociais, movimentos culturais e outras práticas de aprendizado fora das estruturas tradicionais.

As ações para a execução da lei 10.639/03 em ambientes institucionais são exemplos de como a formação afro-popular pode reestruturar o currículo escolar, não somente através da inclusão de conteúdos que abordem a história e a cultura afro-brasileira, mas com práticas educacionais que reconheçam outras formas de organização social e de reprodução da vida presente nas cosmopercepções afrobrasileiras.

No campo da educação não formal e popular, a formação afro-popular pode se manifestar em projetos comunitários, oficinas, rodas de conversa e outras atividades que envolvam a participação ativa das pessoas envolvidas nos processos educativos. A formação afro-popular se diferencia da educação popular ao centralizar a cultura, identidade e história do povo negro, utilizando métodos e pedagogias enraizadas nas cosmopercepções afrobrasileiras. Enquanto a educação popular é uma abordagem a serviço da justiça social, ela pode ser branco-centrada quando não desafia as narrativas e paradigmas eurocêntricos, e quando não reconhece os saberes e práticas das comunidades negras. A educação afro-popular, portanto, atua como uma ferramenta de

emancipação, potencializando a população brasileira a se reconhecer como herdeira da luta negra e, portanto, como sujeitos de direitos. Ela promove uma consciência crítica sobre as estruturas de opressão e discriminação, ao mesmo tempo em que celebra e fortalece a identidade e a cultura negra, a partir das experiências do povo negro brasileiro.

O Pensamento Feminista Negro, que tem uma constituição diaspórica com especial diálogo entre intelectuais negras brasileiras e afro-estadunidenses, frequentemente invoca “as experiências vividas como critério de credibilidade” (Collins, 2019, p. 411). Essa dimensão dessa teoria social crítica ampara o fazer intelectual calcado na vida da população negra, buscando apreender a complexidade da realidade a partir das experiências materiais. Tendo isso em consideração, optei por analisar experiências práticas enquanto catalisadoras da formação afro-popular.

O I Seminário de Formação Política para Militantes do Movimento Negro de Santa Catarina, realizado nos dias 15 e 16 de junho de 1991, ofereceu uma visão do contexto político e da organização interna do movimento negro do estado, e é nosso ponto de partida para entender como a formação afro-popular é construída. O evento se iniciou com uma fala de João Carlos Nogueira explicando como surgiu a ideia dos seminários de formação política para os militantes do Movimento Negro, resultante da organização e execução das atividades programadas para o 20 de Novembro do ano anterior no estado. A proposta das formações era abarcar “todas as questões que passam pela vida dos negros a nível cultural, religioso, político, social, etc.” (Romão, 1991, p. 01) tendo como temas:

- História do Movimento Negro
- Movimento Negro e Conjuntura
- Movimento Negro e Religião
- Movimento Negro e o Sindicato
- Movimento Negro e a Diversidade Cultural
- Movimento Negro e a Educação
- Movimento Negro e Mercado de Trabalho
- Movimento Negro e Partidos Políticos
- Movimento Negro e os 500 anos de Dominação
- Mulher Negra

A estruturação do seminário evidencia que a compreensão do racismo como uma estrutura social presente em todas as dimensões da vida não é nova para a intelectualidade negra brasileira. Também fica claro que a interseccionalidade é uma práxis política essencial para que o movimento negro atue como agente de transformação. Steve Biko, importante referência do panafricanismo, afirma que “o essencial da Consciência Negra é possibilitar e intensificar a participação do povo nas próprias lutas” (Biko, 1990, p. 21), destacando que a Consciência Negra radicaliza a postura política da população negra, permitindo que organizemos nossas próprias vidas. Assim, é responsabilidade do povo negro promover o reencontro com nossa negritude e com a consciência de que somos os protagonistas de nossa própria libertação.

Portanto, é fundamental compreender que a condição da população negra não vai melhorar a partir dos sistemas políticos que nos mantêm em lugares de subalternidade. Steve Biko escreveu durante o *apartheid* sul-africano, regime que causou seu aprisionamento e assassinato, exaltando a longa história de resistência popular negra frente às diversas estratégias de colonização e dominação empregadas pela branquitude. Apesar de o contexto no Brasil não ser de um regime explicitamente separatista, é muito recente uma postura efetiva do Estado brasileiro em não apenas combater o racismo – criminalizado pela Lei Caó, em 1989 –, mas de fato construir políticas públicas visando a promoção da igualdade racial.

Nesse sentido, os interesses de formação apresentados apontam um alinhamento do movimento negro brasileiro, explicitado pelo I Encontro Nacional das Entidades Negras (ENEN) que seria realizado naquele ano e também era um dos pontos de debate do seminário catarinense. Sobre a participação no ENEN, Jeruse afirma que

tem que se tomar cuidado com as pessoas ou entidades que se organizam apenas em épocas de participar de encontros. Para isso é necessário que essas entidades tenham alguns critérios de tirada dos delegados. É preciso também que as entidades reconheçam o fórum [estadual de entidades negras] (Romão, 1991, p. 03).

A percepção da professora de que a articulação do movimento negro deveria ser constante e ocorrer nas bases foi evidenciada na sua proposta, feita no segundo dia do seminário, de organizar encontros nos municípios: Precisamos discutir nos municípios sobre a necessidade de articulação e de como se articular. Não interessa se as entidades sejam de candomblé, de clube, etc, o que interessa é que estão juntos na luta contra o racismo e precisamos estar organizados (Romão, 1991, p. 14).

Esse é um aspecto fundamental para compreender a formação afro-popular; ela pode (e deve) acontecer nos espaços formais de educação, mas também pode e deve ir além, alcançando todos os lugares de interesse para a população negra. Inclusive, enfatizo a importância dada pela professora à necessidade de organização com grupos religiosos e de caráter social, demonstrando a postura do movimento negro organizado intencionalmente apontando o caráter político das expressões culturais, frequentemente folclorizadas pela branquitude. Essa posição exemplifica também a distinção das cosmo percepções afro-brasileiras, que compreendem que os valores que informam nossas formas de reprodução da vida estão presentes em todas as dimensões de nossa existência. Enquanto isso, a ideologia racista dissocia a mente do corpo, a razão da emoção, o político do cultural, o sagrado do profano.

Assim, a formação política de militantes de forma contínua é essencial para o próprio movimento e também para a comunidade negra em geral. Em 2017, a professora, pesquisadora e ex-ministra Nilma Lino Gomes sintetizou as formulações do Pensamento Negro em Educação ao apresentar o movimento negro educador, em livro homônimo. Nele, a autora argumenta que o movimento negro é "produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil" (Gomes, 2017, p. 14). Mais adiante, ela afirma que a intelectualidade do movimento negro questiona "a primazia da interpretação e da produção eurocentrada de mundo e do conhecimento científico" (Gomes, 2017, p. 15). Com isso, segundo a autora, a práxis do movimento negro educa e reeduca a sociedade, o Estado e a si mesmo.

A necessidade de reeducação de si mesmo está atrelada à necessidade de se interrogar constantemente “quem sou eu na realidade?”, decorrente da negação sistematizada de sua existência pelo colonialismo (Fanon, 1968). Outra proposta apresentada pela professora Jeruse Romão, no segundo dia do seminário, era de

Fazer um levantamento da história do Movimento Negro em cada município. A comunidade negra no estado de Santa Catarina é a mais resistente em participar porque não conhecem a história do Movimento Negro nem no seu município. Há resistência de se discutir a questão racial, porque se dizem não racistas (Romão, 1991, p. 13).

Dessa forma, retomando Nilma Lino Gomes (2017), o movimento negro e a intelectualidade negra são importantes atores políticos na produção de um projeto educativo que não é apenas reparador frente à dívida sócio-histórica para com a população negra, mas emancipatório para todo o povo brasileiro, ainda subjugado nas dinâmicas da colonialidade. Conhecer a história do Movimento Negro na escala municipal seria uma demanda e estratégia de reparação histórica, política e epistemológica que possibilitaria a discussão acerca da questão racial e do enfrentamento ao racismo. A dimensão territorial também se faz presente nas propostas, partindo da compreensão do Movimento Negro catarinense sobre a necessidade de articulação nacional, mas ao mesmo tempo de atenção às particularidades locais (municipais e estadual) presentes nas dinâmicas sociais.

A atenção ao território é uma característica importante do trabalho da professora Jeruse Romão. Apesar da produção de propostas no âmbito nacional, elas são construídas desde a base, em sua atuação contínua em comunidades negras. Entender as experiências considerando as especificidades das dinâmicas territoriais dá amplitude para as políticas públicas universais brasileiras. Por isso, além de analisar as condições contemporâneas, reverberar o passado presente nos dias atuais é fundamental para compreender o processo de formação da conjuntura que estamos disputando hoje.

Assim, a memória tem um importante lugar materializado nas estratégias de formação afro-popular. Na trajetória da professora Jeruse Romão, ressaltamos a produção das obras *História da Educação do Negro e outras histórias*, organizada por ela em 2005, *África está em nós: Africanidades catarinenses*, organizada em 2010 e *Antonieta de Barros: professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil*, publicada em 2021.

Por fim, outro reflexo importante da formação política do Movimento Negro ao educar a si mesmo é o diálogo qualificado e propositivo à população não negra e ao Estado, compreendendo os múltiplos marcadores de identidade étnica que atravessam a experiência racial negra no Brasil, e no caso específico, em Santa Catarina:

É necessário que o Movimento Negro esteja atento para se pronunciar seriamente a respeito da pena de morte, extermínio de meninos de rua, sem terra, sem teto; contra a esterilização em massa das mulheres negras. Santa Catarina é o estado que menos participa da luta contra isto. Poderíamos tirar um dia estadual de luta contra a pena de morte. Ninguém vai conseguir ser país de primeiro mundo sem exterminar e isto vai atingir principalmente a comunidade negra (Romão, 1991, p. 14).

Nessa primeira análise, além do contexto de sua formulação, conseguimos elencar importantes elementos da formação afro-popular presentes na práxis da professora Jeruse Romão. O primeiro trata da necessidade de organização e articulação das pessoas negras. Ou seja, a formação afro-popular é construída coletivamente e em diálogo entre grupos de diferentes experiências, sejam elas espaciais, culturais, entre outras. Nesse sentido, é essencial o trabalho de base, assim como permanecer nos territórios e estar nos lugares importantes para a população negra, indo além dos espaços formais de educação. O papel da história e da memória também tem um local de destaque, bem como a importância de dialogar com a população não negra e com o Estado.

Para dar continuidade a essa etapa mais contextual da análise, trago o relatório parcial da Plenária Estadual do Movimento Negro de Santa Catarina, realizada no dia 19 de julho de 1998. Ele não traz reprodução das falas, sendo um documento de quatro páginas que repassa em linhas gerais os acontecimentos do encontro. O que me interessa nesse documento é a “lista nominal e perfil ocupacional dos militantes e observadores presentes” que registra as 63 pessoas que participaram da atividade. Importante notar o número expressivo de estudantes e professores, característica do movimento negro catarinense apontada no seminário de 1991 como uma dificuldade para a organização de massas, mas também de trabalhadoras e trabalhadores das mais diversas profissões, como secretárias, vigilantes, domésticas, motoristas, vendedores e técnicos de refrigeração.

Com isso, podemos elencar mais uma característica importante: as pessoas que serão impactadas pela formação afro-popular enquanto protagonistas da sua construção. Outra informação que nos ajuda a contextualizar o Movimento Negro catarinense da época é a disseminação para além da capital do estado, tendo representações das

cidades de Rio do Sul, Ituporanga, Gaspar, Tubarão, Joinville, Chapecó, Lages e Criciúma, uma articulação muito mais ampla do que observamos no estado hoje.

A professora Jeruse Romão escreveu sobre a formação afro-popular no período em que integrou o Núcleo de Estudos Negros. A série *Pensamento Negro em Educação* foi majoritariamente organizada pela professora e pelo professor Ivan Costa Lima.

O quinto volume da série foi organizado pelos dois e por Sônia Silveira, intitulado *Educação Popular Afro-brasileira*. Nele, Jeruse Romão apresenta a formação afro-popular a partir das práticas de alfabetização do Teatro Experimental do Negro com artigo “‘Há o Tema do Negro e há a Vida do Negro’: educação pública, popular e afro-brasileira” (Romão, 2009). Ele é dividido em três partes: O tema do Negro, A vida do Negro, e Educação pública, popular e afro-brasileira: a ação educativa do Núcleo de Estudos Negros. O propósito do texto é apontar o Movimento Negro enquanto “pioneiro na luta pela democratização do sistema de ensino brasileiro” (Romão, 2009, p. 35).

Na primeira parte, a professora contextualiza o momento da escrita, outono de 1999, apontando a ausência de estudos que tratem das práticas educativas propostas pelo Movimento Negro. Dialogando com as análises de Anísio Teixeira sobre o sistema educacional brasileiro, ela vai defender que mesmo os discursos que tratavam da desigualdade continuam por invisibilizar o negro a partir da negação da diferença e “não no questionamento dos motivos dessa diferença” (Romão, 2009, p. 39). A autora conclui que por conta disso a escola articula o branqueamento cultural da população brasileira.

Na segunda parte está exposta a reação da população negra frente ao projeto social pensado pela branquitude, incluindo a escola, rompendo com estigmas racistas. Traz como exemplo pioneiro desse movimento o Teatro Experimental do Negro (TEN)<sup>2</sup>, que implementa uma proposta pedagógica com o objetivo de “reeducar os brancos e descomplexificar os negros” (Romão, 2009, p. 43), colocando em prática um compromisso de construir um modelo democrático de sociedade. A práxis do TEN vai resultar em uma das primeiras experiências de educação de adultos do país, demonstrando o pioneirismo do movimento negro brasileiro em reconhecer a

---

<sup>2</sup> O Teatro Experimental do Negro foi criado em outubro de 1944, no Rio de Janeiro como “um empreendimento de caráter pedagógico que tem por objetivo contribuir para que se desfaçam as tensões ainda discerníveis nas relações de raça no Brasil” (Nascimento 1997 *apud* Romão, 2005, p. 118).

necessidade de ações afirmativas na educação, a considerando enquanto direito inclusive daqueles afastados do percurso formal.

Na última parte do artigo, a professora Jeruse Romão vai discorrer acerca da atuação do Núcleo de Estudos Negros, a partir do Programa de Educação cuja ação centrou-se na preparação de educadoras e educadores do sistema público de ensino. Através de um projeto piloto executado no município de Rio do Sul, em 1993, com o propósito de transformar a escola em “um espaço igualitário e de combate ao racismo” (Romão, 2009, p. 49) a partir de ações formativas que transformem não apenas o olhar das professoras e professores sobre a população negra, como também transformem as práticas pedagógicas.

Frente às demandas apresentadas pelo corpo docente, o NEN cria o Centro de Referência de Material Didático Afro-brasileiro, a fim de instrumentalizar as professoras e professores para o trabalho antirracista. Para isso, o Programa de Educação editou cadernos, o jornal Educa-Ação Afro e documentários, além de organizar uma biblioteca com livros, brinquedos e jogos didáticos com a temática afro-brasileira.

A professora apresenta a série da qual o artigo faz parte, *Pensamento Negro em Educação*, apontando que o título é

inspirado e adere às linhas teóricas discutidas no seminário ‘Pensamento Negro em Educação no Brasil: expressões do Movimento Negro’, organizado pela professora Petronilha Silva, da Universidade Federal de São Carlos. Assim, não se trata de uma apropriação de nomenclatura; é, sobretudo, adesão a uma corrente que inaugura e evidencia a existência do pensamento sobre a educação produzido pelo movimento negro brasileiro (Romão, 2009, p. 53).

Portanto, apesar de estarmos apontando o caminho de construção da formação política afro-popular desenvolvida pela professora Jeruse Romão, é importante ressaltar não apenas o caráter coletivo desse processo, mas também que esse movimento se deu nacionalmente, especialmente considerando as regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país.

Esse foi um exercício de aproximação e já indica os próximos passos. Ainda nesse período histórico, me interessa analisar os artigos publicados pela professora no *Jornal*

Educa-Ação Afro entre 1995 e 1999, que trazem mais elementos para compreender a formação política afro-popular na práxis de Jeruse Romão. Porém, além de olhar para o que a constitui, também é de meu interesse apontar de que maneiras a formação política afro-popular demanda transformações estruturais para sua implementação plena. Para isso, na parte que segue, aponto algumas das ações da professora na construção de políticas públicas, ações afirmativas e matrizes curriculares em sua práxis profissional militante.

### 3 Conquistando políticas públicas

Olhar para a construção de ferramentas que garantam direitos à população negra é essencial para pensar o impacto da formação afro-popular. Aqui, se acredita que não há distinção entre o saber e o fazer, a teoria e a prática. Com as políticas públicas, tem-se como princípio que o direito ao acesso à história e memória serão, enfim, compartilhados por toda a população, e as assimetrias sociais são apontadas, visando reparação. Em entrevista para Carol Lima de Carvalho, a professora Jeruse Romão diz que dedicou-se a vida inteira

[...] sem nenhum desvio, para pensar em políticas públicas pra população negra na educação, assessorando parlamentares, assessorando o movimento negro, assessorando sistemas de ensino. Comecei com a primeira lei no mandato do Professor Márcio de Souza: é a lei que institui o ensino de culturas e histórias africanas e afro-brasileiras no município de Florianópolis (Carvalho, 2021, p. 213).

A lei a que a professora se refere é a Lei Municipal nº4.446/1994, que determinou a inclusão do conteúdo "História afro-brasileira" nos currículos das escolas municipais de Florianópolis. Como já explicitado, essa lei foi desenvolvida no âmbito de articulação do movimento negro catarinense, que inclui a eleição de militantes organizados. Isso incluiu a candidatura de Márcio de Souza, professor de química e fundador do Núcleo de Estudos Negros. A professora Jeruse Romão foi chefe de gabinete durante o primeiro mandato de Márcio, entre 1992 e 1995, pelo Partido dos Trabalhadores. Aponto a legislação supracitada como a principal ação no escopo da formação política afro-popular por tratar

diretamente e especificamente da estrutura curricular da educação pública de Florianópolis, sendo importante precedente para outras legislações em âmbitos municipais, estaduais e nacional, como já apresentei na seção anterior.

A segunda experiência em um mandato foi na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, como assessora parlamentar do Deputado Estadual Wilson Vieira, o Dentinho, que presidiu em 2003 e 2004 a Escola do Legislativo. Na época, a professora Jeruse Romão compunha o Fórum de Mulheres Negras da Grande Florianópolis que participava ativamente na vida política da região. No início dos anos 2000, a chegada de facções do narcotráfico do sudeste a Grande Florianópolis acionou audiências públicas sobre segurança. O Fórum, preocupado com o já sabido resultado do aumento do policiamento em comunidades negras, instigou os deputados presentes a pensarem em outras ações além da militarização de territórios negros. Nesse contexto, a professora Jeruse Romão, enquanto titular do Fórum de Mulheres Negras nesses espaços, foi contratada para escrever a proposta que originou o Programa Antonieta de Barros (PAB).

O PAB, em sua concepção, tratava-se de uma ação afirmativa inédita, visando aproximar a população negra da “casa do povo” a partir de um programa de estágio tendo como público-alvo a juventude negra e periférica de Florianópolis. Os debates amplos no âmbito do programa buscavam não apenas conscientizar as jovens e os jovens que passaram a estagiar na Assembleia Legislativa, mas também as pessoas que ali trabalhavam, com o objetivo de enfrentar desigualdades de gênero, raciais, sociais e capacitistas. Reconhecia-se, portanto, a importância do estágio profissional na trajetória dos participantes do programa e da responsabilidade daquela casa legislativa com cada um deles e delas.

Além disso, visando evitar populismos eleitorais, a inscrição das pessoas participantes estava condicionada à indicação de organizações de movimentos sociais vinculados aos territórios. Com isso, todo o ecossistema envolvido seria capaz de reconhecer a importância dos movimentos sociais nas comunidades.

Nessa época, o presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina era o Deputado Estadual Volnei Morastoni. Em 2005, ele assumiu a Prefeitura de Itajaí e convidou a professora Jeruse Romão para coordenar as políticas para a população negra do município. Apesar de entregar um programa daquilo que ela compreendia como

essencial para a gestão, a professora declinou do convite em respeito à militância negra de Itajaí.

Entre 2017 e 2020, a professora integrou o segundo mandato do vereador Professor Lino Peres na Câmara Municipal de Florianópolis<sup>3</sup>. Enquanto assessora parlamentar, dirigiu a pasta de Direitos Humanos, sendo responsável pela articulação entre movimentos sociais e o mandato visando a construção de políticas públicas. Pautas relativas à população negra, mulheres, população LGBTQIA+, quilombolas, povo de santo, imigrantes, juventude negra, educação e luta pela moradia foram as principais acionadas nos quatro anos de trabalho.

Dentro das muitas ações, destaco a Política Municipal para a População Migrante, considerando a característica desse grupo que chega em Florianópolis, especialmente composta por pessoas racializadas do Haiti, Venezuela e países do continente africano, ela enfatiza a importância de uma legislação antirracista que reconheça o migrante enquanto sujeito de direitos. A iniciativa fez com que Florianópolis se tornasse a segunda cidade do Brasil a ter uma legislação implantando a Lei Nacional de Migração no âmbito municipal, construída em articulação com as organizações da sociedade civil protagonizadas pelas pessoas imigrantes na cidade. Esse diferencial na construção de políticas públicas a partir da proposta de leis não apenas para a cidade, mas com a cidade em suas múltiplas identidades, foi um importante diferencial das ações do mandato com a chegada da professora Jeruse Romão.

#### 4 Considerações finais

A partir do que foi exposto aqui, percebo que o que caracteriza a formação política afro-popular da professora Jeruse Romão está ancorado em dois elementos principais: a construção coletiva e a continuidade.

A construção coletiva garante que as práticas estratégicas não serão construídas para o povo, mas por e com ele. A característica afro-popular não se resume aos conteúdos das formações, mas à própria cosmo percepção afro-brasileira que tem na

---

<sup>3</sup> Neste período, por metodologia adotada pelo Partido dos Trabalhadores de Florianópolis, Carla Ayres e Professor Cadu também assumiram a vaga em rodízio parlamentar por 30 dias.

responsabilidade mútua a garantia de autonomia e protagonismo no próprio processo de libertação política. Somente com o engajamento coletivo é que se torna possível elencar as demandas e prioridades para se pensar os objetivos dos processos formativos e como serão operados.

Outra dimensão importante observada é a necessidade de continuidade, tanto dos processos formativos, quando de (re)conhecer a história, trajetória e experiências daqueles que vieram antes, especialmente do próprio Movimento Negro local, a fim de se compreender enquanto continuidade de um processo ancestral que não se finda em nossa experiência. Com isso, podemos compreender quais são as tarefas históricas que estão na mesa e em quais demandas tivemos avanços e devemos estabelecer novas práticas.

As últimas duas décadas exigiram uma reestruturação do Movimento Negro brasileiro, bem como de todos os movimentos sociais do país, após mais de uma década de emparelhamento partidário seguido por um golpe parlamentar que levou à deposição da Presidente da República Dilma Rousseff, seguido pela ascensão da extrema-direita ao poder executivo e, ainda, a pandemia de Covid-19, que atingiu de maneira desproporcional brancos, negros e indígenas no país. Essa conjuntura explicitou a necessidade de voltar às bases e reorganizar as estratégias na construção de uma pauta coletiva que consiga atuar na defesa dos direitos garantidos e ampliar as políticas públicas na promoção da igualdade racial.

Nesse sentido, fazer o movimento de sankofa - que significa voltar atrás para buscar o que esquecemos - se faz necessário. E aqui está a formação afro-popular: como conteúdo, como ferramenta analítica, como metodologia e, especialmente, como Princípio civilizatório.

## Referências

BIKO, Steve. **Escrevo o que eu quero**. São Paulo: Ática, 1990.

CARVALHO, Carol Lima de. Teoria e prática na construção da história: uma conversa com a professora Jeruse Romão. **Fronteiras**, Florianópolis, v. 23, n. 41, p. 208-232, 2021. DOI:

10.30612/frh.v23i41.15006. Disponível em:  
<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/15006>. Acesso em: 8 maio 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

NÚÑEZ, Geni; BARBOSA, Andrieli; GUEDES, Marina Fernandes; OLIVEIRA, Mariza de. Partilhar para reparar: tecendo saberes anticoloniais. In: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; DOMINGOS-KAINGANG, Angélica. **Políticas indigenistas**: contribuições para afirmação e defesa dos direitos indígenas. Porto Alegre: Editora da Ufrgs: Cegov, 2020. p. 153-167. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/218334>. Acesso em: 11 maio 2022.

ROMÃO, Jeruse. Educação, instrução e alfabetização no Teatro Experimental do Negro. In: ROMÃO, Jeruse Maria (org.). **História da educação do negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. p. 117-138. (Coleção Educação para todos).

ROMÃO, Jeruse. Há o tema do negro e há a vida do negro: educação pública, popular e afro-brasileira. In: LIMA, Ivan Costa; ROMÃO, Jeruse; SILVEIRA, Sônia Maria (org.). **Educação popular afro-brasileira**. 3. ed. Florianópolis: Atilênde, 2009. Cap. 2. p. 33-57. (Pensamento Negro em Educação). Núcleo de Estudos Negros.

ROMÃO, Jeruse Maria (org.). **Livro 5**: africanidades catarinenses. João Pessoa: Grafset, 2010. (A África está em nós: História e cultura afro-brasileira).

ROMÃO, Jeruse. **Relatório do Iº Seminário de Formação Política para Militantes do Movimento Negro de Santa Catarina**. Florianópolis: [s.n.], 1991. Datilografado.

SILVA, Pamela Iris Mello da. **Negras, nós**: entre eleitas, candidatas e não-candidata na região sul do Brasil. 2020. 156 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/213427>. Acesso em: 08 maio 2022.

---

<sup>i</sup> Artigo recebido em 15/09/2023  
Artigo aprovado em 22/07/2024